

lingüística

LÍNGUAS EM CONTACTO EM MACAU*

Maria Helena Rodrigues **

«L’histoire des langues n’est donc rien d’autre qu’un ensemble de processus de différenciation et d’unification à partir de normes existantes, auxquels s’ajoutent les effets des contacts linguistiques.»

P. Swiggers

Tendo por línguas oficiais a portuguesa e a chinesa, Macau é um espaço multilingue onde se cruzam registos vários de diferentes línguas cujo uso é regulado pela competência linguística dos intervenientes em interacção verbal e pelas funções sociais específicas dos contextos em que ocorrem.

Deixando, por ora, de lado os grupos minoritários que comunicam entre si em línguas/dialectos como o tagalog, o tailandês, o shangainense ou o japonês, universo linguístico de que não conhecemos a extensão¹, vejamos como são, genericamente, utilizadas as principais línguas/ /dialectos da população do Território.

O português, língua oficial única até 31 de Dezembro de 1991², tem na área dos serviços da Administração o seu papel social mais relevante, sendo língua materna da pequena comunidade de naturalidade portuguesa, maioritariamente constituída por funcionários da Administração. É ainda uma das duas línguas maternas da comunidade macaense que, em diferentes graus de proficiência, a domina oralmente e por escrito.

A língua oficial chinesa, vulgarmente designada por mandarim, é uma das duas línguas das relações políticas e diplomáticas entre Portugal, Macau e a China e já hoje uma importante língua de negócios. Como

* Texto elaborado em Maio de 1996.

** Docente do Instituto de Estudos Portugueses da Universidade de Macau.

¹ ROCHA, R. (1992) «Um País Dois Sistemas Políticos, Um Território Vários Sistemas Linguísticos». In *Revista Administração* n.º 16, Macau.

² Só com a entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 455/91 de 31 de Dezembro “A língua chinesa tem em Macau estatuto oficial e a mesma força legal que a língua portuguesa”.

língua de comunicação no quotidiano o seu uso restringe-se aos falantes de etnia chinesa provindos de outras regiões da China. A sua aprendizagem tem sido promovida pela própria Administração e consta dos *curricula* dos estabelecimentos de ensino em língua veicular chinesa e inglesa e dos cursos superiores em língua portuguesa.

O cantonense, língua materna da esmagadora maioria da população, de etnia chinesa, é também língua veicular de ensino em 80,6 por cento das escolas do Território. No plano oral é também língua de expressão da população macaense. É, ainda a nível de oralidade, utilizada por um pequeno número de portugueses, a maioria dos quais residentes no Território há, pelo menos, uma dezena de anos.

O inglês, de aprendizagem obrigatória em todas as escolas do Território, como língua estrangeira, é língua veicular em 13 estabelecimentos de ensino. Impõe-se como privilegiada para o mundo dos negócios e funciona como língua franca entre falantes pertencentes a comunidades linguísticas diferentes.

O português, o cantonense — e também o mandarim — são as línguas dos meios de comunicação social locais, sendo o inglês difundido pelos *mass media* de Hong Kong.

O quotidiano oferece uma panóplia de situações em que se torna difícil, por vezes, definir quem fala que língua, com quem, em que situação e porquê.

Desprezando nesta abordagem casos pontuais de utilização mista ou alternada de português e cantonense por parte de falantes portugueses oriundos da República, situações maioritariamente decorrentes de relações transaccionais ou limitadas à utilização de fórmulas de comunicação, procurar-se-á, neste estudo, colocar algumas questões relativas ao bilinguismo em Macau, focando os aspectos mais relevantes da escolha dos códigos linguísticos como forma de expressão usual por parte dos falantes macaenses.

A designação de macaenses, de uso corrente, referencia uma comunidade cujos contornos se afiguram difíceis de definir. O factor geográfico não é, por si só, determinante na medida em que muitos dos naturais do Território se assumem como chineses, mesmo quando detentores de passaporte português, e como tal são tidos pelos restantes grupos que os diferenciam com base na marca étnica.

Os sociólogos utilizam o termo *grupo étnico* para designar qualquer grupo, racial ou não, socialmente identificado como diferente e que tenha desenvolvido a sua própria subcultura. Embora a distinção se encontre associada a um tipo particular de antepassados, as marcas identificadoras podem ser outras como a língua, a religião, a localização geográfica, a nacionalidade, a aparência física ou uma qualquer combinação destes factores.

No caso dos macaenses parece consensual a importância atribuída à ascendência portuguesa mas, como afirma Ana Maria Amaro (1988), «É polémica a sua origem, o que resulta da falta de dados seguros, quer

históricos quer antropobiológicos»³. Na verdade, «os portugueses, no Oriente, miscigenaram-se com mulheres das mais diferentes etnias»⁴, incluindo, naturalmente, as chinesas, dando origem aos luso-asiáticos.

Uma reflexão que nos merece este facto prende-se com a dificuldade em determinar até que ponto, ou até que geração, a ascendência portuguesa valida a identificação de um indivíduo como macaense, quando se verificam sucessivos cruzamentos de luso-descendentes com elementos de outras etnias e culturas, dando lugar a processos de amalgamação, entendida como produto de um cruzamento biológico de dois povos de características físicas diferentes, e de assimilação ou fusão cultural, em que dois grupos misturam as suas culturas dando origem a uma outra.

Graciete Batalha, no *Glossário do Dialecto Macaense*, define como macaense «o natural de Macau descendente de portugueses, com cruzamento ou não de sangue chinês, mas nunca, no seu meio ou entre os chineses, tido por chinês», considerando ainda como macaense o «natural de Macau, chinês de sangue, que tenha adoptado a nacionalidade portuguesa, use um nome português, tenha frequentado as escolas portuguesas e portanto fale e escreva português»⁵.

O domínio da língua, obtido através de uma educação, surge, assim, como factor determinante da identidade macaense, sobrepondo-se à questão da ascendência.

A relação entre língua e etnicidade tem sido demonstrada em muitos estudos, nomeadamente pelo recurso a formas de auto-identificação.

Para Fishman (1977) a língua é «o símbolo por excelência da etnicidade», na medida em que é «a memória da paternidade, a expressão do património e o suporte da fenomenologia»⁶, as três dimensões que contempla na definição de etnicidade. Segundo Guboglo (1979), a língua tem uma função integradora no que respeita à identidade étnica.

Outros autores, porém, defendem que nem sempre a língua está em relação directa com a identidade étnica, podendo haver outros factores como casta, classe social ou filiação política a demarcar os grupos étnicos. Ross (1979) refere que, em alguns casos, por exemplo entre índios americanos, se desenvolve um sentido de etnicidade quando indivíduos ou grupos deixam de usar a sua própria língua e adoptam uma língua franca comum, apontando para a abordagem subjectivista que apresenta e segundo a qual «a etnicidade pressupõe a existência de uma consciência de pertença,

³ AMARO, Ana Maria. (1988). *Filhos da Terra*. Macau: Instituto Cultural de Macau, p. 4.

⁴ Id. p. 92.

⁵ BATALHA, Graciete. (1977). *Glossário do Dialecto Macaense: Notas linguísticas, etnográficas e folclóricas*. Separata da RPF vol. XV (1971); XVI (1974); XVII (1977). Reimpresso 1988. Macau: Instituto Cultural de Macau, p. 132.

⁶ FISHMAN, J. A. (1977). «Language and Ethnicity» in Giles (ed). (1977). *Language, Ethnicity and Intergroup Relations*. London, p. 25.

podendo os membros do grupo diferir consideravelmente no que se refere a vestuário, religião ou mesmo quanto à língua utilizada»⁷.

Em sociolinguística é comumente partilhada a ideia da importância da língua para a distinção entre grupos, funcionando como veículo de transmissão de normas culturais e de valores. Em sociedades multilíngues, em particular, tem-se revelado especialmente evidente o seu papel para além de instrumento de comunicação de mensagens, surgindo como processo de enfatização de sentimentos de pertença ou de exclusão de um grupo.

Appel e Muysken (1987) concluem, no entanto, pela não existência de uma relação obrigatoriamente directa entre língua e etnicidade, considerando, por outro lado, uma forte relação entre língua e identidade expressa pelas atitudes dos indivíduos para com as línguas e os seus falantes, dando, assim, uma dimensão social às atitudes para com as línguas.

De um modo geral, os membros de grupos sociais ou minorias linguísticas de menor prestígio revelam uma aguda percepção do facto de que certas línguas sem prestígio ou de minorias não funcionam como factores de promoção social. Os falantes dessas línguas minoritárias exibem uma atitude negativa para com a sua própria língua em vários aspectos, embora isso não signifique que não lhe dêem importância. A língua pode ser altamente valorizada por razões sociais, subjectivas e afectivas, especialmente por falantes de gerações mais novas em contextos de migração, ou, de um modo geral, por pessoas que tenham um certo orgulho numa cultura minoritária. Esta forma de lealdade linguística reflecte as estreitas ligações entre a língua e a identidade social de grupos etnolinguísticos.

Considerando a complexidade cultural de Macau, Pina Cabral (1993) estabelece como passíveis de constituírem a base de identificação da pessoa macaense: a língua, referindo «qualquer tipo de associação de um indivíduo ou da sua família com a língua portuguesa»; a religião, incluindo «qualquer forma de identificação individual ou familiar com o Catolicismo»; e a raça, «quando uma pessoa ou alguém da sua família, resulta da miscigenação entre sangue europeu e asiático»⁸. Estes três vectores foram encontrados nos discursos de numerosas pessoas entrevistadas que os utilizavam para se classificarem a si próprias ou aos outros como macaenses, não sendo necessário que todos se verifiquem.

Faltaria, para uma definição mais precisa, confrontar as categorias desenvolvidas com a exaustiva enumeração que Jorge Forjaz apresenta na sua obra *Famílias Macaenses*.

⁷ ROSS (1979). «Language and the mobilization of ethnic identity». Citado por APPEL, R. e P. MUYSKEN (1987). *Language Contact and Bilingualism*. London: Arnold, p. 13.

⁸ PINA CABRAL, J. e N. LOURENÇO. (1993). *Em Terra de Tufões: Dinâmicas da Etnicidade Macaense*. Macau: Instituto Cultural de Macau. p. 22.

Incidindo este estudo na utilização mista e alternada do português e do cantonense pela comunidade macaense, optou-se por uma definição operatória com base na componente linguística e tendo em conta a naturalidade e a ascendência. Assim, passarão a ser designados por macaenses os naturais de Macau luso-asiáticos que se assumem como bilingues.

A definição de bilinguismo parece ser pacífica apenas no entendimento de que implica o uso alternativo de duas línguas, seguindo a ideia expressa por Weinreich (1953). No entanto, muitas outras definições têm sido apresentadas, divergindo em questões essenciais como são o grau de proficiência em cada uma das línguas, em geral, e nas diferentes *skills* em particular e o tempo e modo de aquisição. Também o estudo das funções e dos contextos pode levar à identificação de situações diglóssicas, em que se verifica uma utilização sistemática de duas línguas em contextos perfeitamente diferenciados. É o caso das situações de bilinguismo diglóssico, segundo a definição de Mackey (1976).

Romaine (1989) refere a definição de diglossia proposta por Ferguson e outros, segundo a qual «duas línguas ou variedades coexistem e especializam-se em termos de função», e considera haver «uma relação directa entre a escolha da língua e o contexto social, de tal modo que cada variedade pode ser vista como tendo um lugar ou função distintos dentro do repertório discursivo local»⁹.

Estas questões ultrapassam, porém, o âmbito deste estudo, pelo que apenas se considerou o bilinguismo numa perspectiva abrangente de competência linguística em dois códigos diferentes. A relação entre as formas linguísticas, as estratégias interactivas e o seu significado social deverão ser consideradas na análise do bilinguismo da comunidade macaense.

Sendo a língua eminentemente uma instituição social, no sentido que Durkheim atribui a facto social, a análise sociolinguística do discurso bilingue afigura-se privilegiada para a determinação de variáveis a ter em conta na definição de uma política de ensino das línguas envolvidas. Como salientam Appel e Muysken (1987), uma panorâmica da situação linguística impõe-se como primeiro passo no processo de planeamento da língua.

Este trabalho assume-se como um contributo para o desenhar dessa panorâmica da realidade linguística de Macau, focalizando o uso e comportamento da língua portuguesa por parte de falantes macaenses.

A aquisição de uma língua obriga à configuração de processos de categorização implicados na compreensão e produção de discursos. Como estruturante do pensamento, é por ela e com ela que se interpenetram e organizam os vários domínios do cognitivo. Na utilização individualizada do sistema-língua consubstancia-se o duplo papel de apreensão do mundo exterior através da elaboração e relação de

⁹ ROMAINE, S. (1989). *Bilingualism*. Oxford: Basil Blackwell, p 111.

experiências significativas e da expressão de um posicionamento perante esse mesmo mundo, numa interacção que se repercute na própria relação do indivíduo com o eu.

A prática interactiva verbal envolvendo dois códigos linguísticos distintos pressupõe não só a aquisição de mecanismos de codificação/ /descodificação relativos a dois sistemas linguísticos mas também a vivência de diferentes experiências comunicativas, numa envolvimento dos domínios cognitivo e sócio-afectivo que tem subjacente o confronto entre diferentes mundos de referentes ou entre diferentes expressões de posicionamento perante esse mundo.

Por outro lado, o exercício da competência comunicativa constitui um processo relacional do indivíduo com o outro, sendo o discurso a actualização de meios linguísticos seleccionados em consonância com os objectivos comunicativos e com os desempenhos sociais dos interlocutores envolvidos.

A utilização de uma língua depende, pois, não só do nível de apropriação do código linguístico mas de múltiplos factores sócio-culturais, no que respeita ao falante e à interacção social presente no acto comunicativo.

A mistura e a alternância de códigos linguísticos têm sido objecto de variados estudos no âmbito da sociolinguística e da sociologia da linguagem, chamando também a atenção de quem se ocupa da linguística aplicada ao ensino das línguas, pela importância que se crê possam ter fenómenos como a interferência/transferência resultantes de línguas em contacto no processo de aprendizagem de uma língua estrangeira. A influência de uma língua na utilização de outra é extremamente importante em situações de contacto prolongado e sistemático, dando origem a fenómenos de interferência que podem verificar-se quer a nível do sistema fonológico quer nos domínios do léxico e da sintaxe.

Segundo Calvet (1993), «quando um indivíduo se vê confrontado com duas línguas que utiliza alternadamente, elas podem misturar-se no seu discurso e dar origem a enunciados bilingues.» Trata-se da «passagem de uma a outra língua num determinado ponto do discurso, fenómeno conhecido por *mistura de línguas* (do inglês *code mixing*) ou *alter-nância de códigos* (do inglês *code switching*)»¹⁰.

Code-mixing e *code-switching* são os termos mais utilizados na designação de mistura e alternância de códigos mas as definições apresentadas pelos vários autores diferem nomeadamente no que se refere à unidade de análise considerada.

Segundo Gumperz (1982), «a alternância de códigos conversacional pode ser definida como a justaposição, dentro de um mesmo discurso, de passagens pertencentes a diferentes sistemas ou subsistemas». Este autor acrescenta que «na maior parte das vezes a alternância toma a forma de duas frases em sequência, como é o caso da utilização pelo

¹⁰ CALVET, J. L. (1993). *La Sociolinguistique*. «Que Sais-je?». Paris: P.U.F.

falante de uma segunda língua para reiterar a sua mensagem ou para dar a réplica ao interlocutor»¹¹.

Mc Laughlin (1984) identifica *code-mixing* como uma mudança de código operada no interior de uma expressão ou de uma frase e *code-switching* como a mudança de código de uma frase para outra. Hatch (1976), no entanto, afirma não haver distinção significativa entre *mis-tura* e *alternância*. Por outro lado, como afirma Mc Clure (1981), o consenso afigura-se tanto mais difícil quanto alguns autores utilizam a designação de *code-mixing* para referirem fenómenos de empréstimo, interferência, transferência ou alternância.

Originalmente, o conceito de interferência implicava o uso de elementos formais de um código no contexto de utilização de um outro, considerando qualquer elemento fonológico, morfológico, lexical ou sintáctico inserido num discurso numa determinada língua passível de ser explicado por efeitos de contacto com uma outra língua. Classificavam-se, assim, como interferências os elementos observáveis das marcas de discurso bilingue. O recurso a elementos alternativos de um outro código dominado pelo falante resultaria da sua competência estratégica de mobilização de um ou outro código conforme o grau de proficiência em cada uma das línguas.

A necessidade de se proceder a uma abordagem extra-linguística dos fenómenos de interferência e transferência fora já apontada por Weinreich que considerou a importância da natureza do contacto social. Estudos realizados sobre processos de utilização de dois códigos por parte de falantes bilingues indiciam a distribuição das línguas por diferentes domínios em consonância com experiências vivenciais diferenciadas.

Na situação de bilinguismo da comunidade macaense interessaria analisar os efeitos do contacto entre línguas na mistura de códigos intra-frásica para determinação da direcção e extensão de interferências na utilização do português e, por outro lado, identificar as variáveis reguladoras dos processos de alternância de códigos para determinação dos domínios da sua efectiva utilização. A definição de estratégias de ensino de uma língua deve assentar no conhecimento, por parte dos agentes de ensino, da realidade linguística e social em que essa língua é utilizada.

Num primeiro momento foram objecto de análise as situações em que os falantes recorrem à alternância de códigos, tendo por objectivo a identificação das motivações subjacentes à escolha de um ou outro código.

Alguns estudos realizados na área da sociologia da linguagem apresentam dois métodos para obtenção de dados relativos à escolha do código linguístico: a observação directa em contexto ou a avaliação do

¹¹ GUMPERZ, J. J. (1982). *Discourse Strategies*. Cambridge: Cambridge University Press, p. 59.

processo pelos próprios intervenientes. Um e outro apresentam alguns problemas. Por um lado, a presença do observador é condicionante e a gravação de situações autênticas não é fácil. Por outro, tendo por objectivo a comunicação, os falantes têm pouca consciência de que alternam as línguas, mobilizando códigos diferentes.

Dadas as dificuldades na obtenção de registos de falantes macaenses em interacção limitou-se o estudo a um conjunto de entrevistas em que foi directamente solicitada informação sobre a utilização do português e/ou do cantonense. Constituindo o conhecimento que o falante tem da competência linguística do interlocutor um factor determinante na escolha do código, foi solicitado aos entrevistados que se reportassem em exclusivo a situações de interacção verbal com outros falantes macaenses»¹².

Dado o número limitado de informantes e o facto de não ter sido possível reunir uma amostra representativa da população alvo segundo as variáveis idade, sexo, grupo sócio-profissional, os dados recolhidos deverão ser apenas considerados como indicadores tendenciais de utilização das línguas envolvidas.

Sabendo da importância que tem para a avaliação que o falante faz da *sua performance* linguística as atitudes para com a língua decorrentes das atitudes para com os grupos sociais que as utilizam e tendo em mente a situação de entrevista com um falante nativo de uma das línguas em causa, as opiniões expressas pelos entrevistados deverão ser analisadas enquanto construções individuais de comportamentos não sujeitas a confronto com comportamentos efectivos. Só uma observação directa de situações autênticas de utilização alternada dos códigos permitiria a identificação plena das variáveis sociolinguísticas que a regulam. Tal não foi, porém, possível pelas razões já apontadas. Afigura-se, no entanto, pertinente este estudo exploratório na medida em que oferece um conjunto de informações que contribuem para o conhecimento das condições de utilização da língua portuguesa por parte de uma comunidade linguística.

Os informantes seleccionados, para além de preencherem os requisitos considerados para a sua identificação como macaenses, segundo a definição operatória atrás apresentada, caracterizam-se pelos seguintes traços:

- Nível de escolaridade básico ou secundário;
- Frequência do sistema de ensino português;
- Actividade profissional desenvolvida nos serviços de Administração de Macau.

¹² As entrevistas, para cuja gravação foi sempre solicitada a autorização prévia do informante, decorreram sob a forma de conversas informais, construídas a partir da exposição, por parte do entrevistador, dos objectivos gerais visados e orientadas por um conjunto de perguntas abertas destinadas a dinamizar a situação e a incitar o entrevistado a aprofundar ou particularizar aspectos mais relevantes da realidade descrita pelo seu discurso.

Com base nas respostas dos informantes procedeu-se a uma sistematização das situações de alternância de códigos, segundo o quadro teórico proposto por Gumperz, que distingue várias funções nos processos de *code-switching*:

Função referencial, envolvendo falta de conhecimentos numa língua ou domínio insuficiente em certas áreas;

Função directiva, dependente do interlocutor, possibilitando a exclusão de outros ouvintes ou uma maior aproximação daquele com quem se fala;

Função expressiva, com a ênfase de uma dupla identidade pela utilização de duas línguas no mesmo discurso;

Função fática, servindo para mudar o tom da conversa;

Função metalinguística, quando o processo de *code-switching* é utilizado para comentar directa ou indirectamente as línguas envolvidas.

A generalidade dos inquiridos afirma inserir palavras/expressões em português nos discursos em que utiliza o cantonense por só as conhecerem em português. Isto verifica-se quase exclusivamente no domínio da actividade profissional. Neste domínio, segundo as opiniões expressas, a maior parte dos diálogos processa-se com recurso exclusivo à língua portuguesa ou, em alguns casos, numa mistura dos dois códigos. Por outro lado, alguns dos informantes declararam privilegiar o cantonense quando falam com crianças e jovens por reconhecerem ser essa a língua que eles melhor dominam. Esta situação parece decorrer do facto de haver um convívio generalizado com outras crianças e jovens chineses, verificando-se, também, uma menor preocupação por parte dos pais em que os filhos se expressem em português. No que respeita a este último ponto não foi possível obter dados significativos por divergência de opiniões entre os informantes. Foi, porém, referida a situação de transição do Território como explicação para uma menor importância do português como língua funcional.

A escolha do código conforme o interlocutor é um aspecto referido por alguns informantes e prende-se com a percepção que têm de um maior ou menor domínio de cada uma das línguas por parte do interlocutor. Todos os informantes afirmam, no entanto, ser característica dos macaenses a capacidade para se exprimirem indiferentemente em português ou cantonense.

A utilização de uma das línguas como estratégia para a exclusão de outros ouvintes é reconhecida pela generalidade dos inquiridos mas quase sempre referenciada a situações pontuais.

O recurso a duas línguas no mesmo discurso surge, no caso dos macaenses, não como ênfase de uma dupla identidade mas exactamente como uma marca identificadora da identidade macaense, sendo considerada a prática normal. A utilização exclusiva do português, fora da actividade profissional, é vista por alguns dos entrevistados como um desejo de identificação com o grupo social que desempenha papéis

cimeiros na Administração. Esta opinião é fortemente contestada por outros que, afirmando-se portugueses e reconhecendo o português como sua língua materna, atribuem ao cantonense um papel funcional nas necessidades de comunicação com falantes de chinês. Esta questão não é de todo pacífica e revela-se regulada pela atitude de cada um dos falantes para com o grupo com que se identifica. A efectiva possibilidade de promoção profissional decorrente de um bom domínio da língua portuguesa levou à sua identificação com um estatuto social superior.

A mudança de código como mudança de tom na conversa, à semelhança do que acontece com as mudanças de estilo em falantes monolíngues, não é uma prática reconhecida pelos informantes que afirmam, no entanto, poder fazê-lo sem disso se aperceberem. O que admitem alguns é a utilização privilegiada de uma ou outra língua em função do tópico da conversa. A importância desta variável afigura-se difícil de determinar pois é referida em estreita ligação com o tipo de vivências de cada um dos falantes. Pelas informações obtidas será de admitir que ela depende, em grande medida, do círculo de relações sociais e familiares.

A função metalinguística da alternância de códigos não foi considerada por não terem os informantes opinião a esse respeito. Quando inquiridos, afirmaram não ser uma questão significativa.

De um modo geral, parece poder concluir-se que a única variável consensualmente considerada significativa é a do domínio de utilização da língua. Assim, a língua portuguesa predomina nas interacções verbais desenvolvidas em contextos profissionais ou que com eles se relacionem e é também utilizada, alternando com o cantonense, em todos os outros contextos, desde que seja reconhecida no interlocutor essa competência linguística.

Relevante para a panorâmica de utilização do português parece ser o facto, sistematicamente apontado pelos informantes, da tendência patente em macaenses jovens para uma maior utilização do cantonense nas suas relações sociais. Esta questão mereceria um estudo mais aprofundado e poderia contribuir para uma melhor compreensão de algumas dificuldades de aprendizagem do português por parte de crianças e jovens macaenses.

Abordagens, métodos e técnicas, informados por uma concepção estrutural, funcional ou interaccional da língua, constituem quadros de referência teórica que se pretendem consentâneos com uma definição de objectivos e estratégias emergente de uma planificação global delineada em função do papel social da língua e de uma política de ensino. A verificar-se uma tendência crescente de utilização privilegiada do contonense, haverá que repensar estratégias, admitindo que o contexto sociolinguístico justifique a adopção de modelos próprios do ensino de línguas não maternas.

BIBLIOGRAFIA

- AMARO, Ana Maria. (1988). *Filhos da Terra*. Macau: Instituto Cultural de Macau.
- APPEL, René e MUYSKEN, Pieter. (1987). *Language Contact and Bilingualism*, London:Edward Arnold.
- BATALHA, Graciete. 1977). *Glossário do Dialecto Macaense: Notas linguísticas, etnográficas e folclóricas*. Separata da RPF vol. XV (1971); XVI (1974); XVII (1977). Reimpresso 1988. Macau: Instituto Cultural de Macau.
- BAETENS BEARDSMORE, Hugo. (1982). *Bilingualism: Basic Principles*. Clevedon.
- CALVET, J. L. (1993). *La Siciolinguistique*. «Que Sais-je?». Paris: P.U.F..
- EDWARDS, John. (1994). *Multilingualism*. London: Penguin Books.
- FASOLD, R. W. (1984). *The Sociolinguistics of Society*. Oxford: Basil Blackwell.
- FASOLD, R. W. (1990). *The Sociolinguistics of Language*. Oxford: Basil Blackwell.
- FORJAZ, Jorge (1996). *Famílias Macaenses*. Macau: Fundação Oriente / Instituto Cultural de Macau.
- GIBBONS, John. (1987). *Code-Mixing and Code Choice: A Hong Kong Case Study*. Clevedon.
- GUMPERZ, John J. (1982). *Discourse Strategies*. Cambridge: Cambridge University Press.
- GUMPERZ, John. J. (ed.) (1982). *Language and Social Identity*. Cambridge: Cambridge University Press.
- GUMPERZ, John J. e D. H. Hymes (eds). (1972). *Directions in Sociolinguistics: The Ethnography of Communication*. New York: Holt, Rinehart and Winston.
- HATCH, E. (1976). Studies in Language Switching and Mixing. In W. C. MCCORMACK & s. a. wurm (EDS), *Language and Man: Anthropological Issues*. The Hague: Mouton.
- MACKEY, William F. (1976). *Bilinguisme et Contact des Langues*. Paris: Editions Klincksieck.
- MARASIGAN, Elizabeth. (1983). *Code-Switching and Code-Mixing in Multilingual Societies*. Singapore: Singapore University Press
- PINA CABRAL, João e N. LOURENÇO. (1993). *Em Terra de Tufões: Dinâmicas da Etnicidade Macaense*. Macau: Instituto Cultural de Macau.
- ROCHA, R. (1992). «Um País Dois Sistemas Políticos, Um Território Vários Sistemas Linguísticos». In *Revista Administração* n.º 16, Macau.
- ROMAINE, Suzanne (ed). (1982). *Sociolinguistic Variation in Speech Communities*. London: Edward Arnold.

- ROMAINE, Suzanne. (1989). *Bilingualism*. Oxford: Basil Blackwell.
- ROMAINE, Suzanne. (1994). *Language in Society: An Introduction to Sociolinguistics*. Oxford: Oxford University Press.
- SAVILLE-TROIKE, Muriel. (1982). *The Ethnography of Communication: An Introduction*. Oxford: Basil Blackwell.